

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Pedagogias do envelhecimento: emergência discursiva, governamentalidade e disputas no Brasil contemporâneo

Eduardo Ramirez Meza, Marcelo Victor da Rosa

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15036>

Submetido em: 2026-02-04

Postado em: 2026-02-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Fernando Altair Pocahy (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7884-4647>)

ARTIGO

PEDAGOGIAS DO ENVELHECIMENTO: EMERGÊNCIA DISCURSIVA, GOVERNAMENTALIDADE E DISPUTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

EDUARDO RAMIREZ MEZA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7122-2415>

<eramirezmeza@gmail.com>

MARCELO VICTOR DA ROSA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0621-0389>

<marcelo.rosa@ufms.br>

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, Brasil.

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, Brasil.

RESUMO: Neste artigo, examinamos como o envelhecimento se estabelece como um campo discursivo no Brasil contemporâneo, por meio de práticas e enunciados que determinam formas de viver, aparecer e ser identificado(a) como velho(a). Ancorados em uma perspectiva pós-crítica e combinando a analítica foucaultiana do discurso com as contribuições de Silva e Bortolazzo sobre pedagogias culturais, analisamos a primeira Prova Nacional Docente, a proposta de redação do ENEM 2025, a narrativa pública de Alexandre Kalache e as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ em São Paulo e Florianópolis como pedagogias culturais que geram sensibilidades públicas, orientam comportamentos e disputam formas de significar o envelhecimento. Argumentamos que as provas ativam repertórios que se alinham ao conceito de “envelhecimento ativo”, muitas vezes moralizando comportamentos e despolitizando as desigualdades raciais, de classe, sexuais e territoriais. Por outro lado, entendemos as velhices dissidentes apresentadas nas Paradas como contracondutas que criam novas temporalidades e modos de existência, desafiando e expandindo os limites do que é considerado uma velhice legítima. Sustentamos que as velhices brasileiras são resultados de regimes de verdade e relações de poder, em vez de serem apenas consequências demográficas. Desse modo, defendemos que sua emergência discursiva representa um campo de análise urgente para a Educação.

Palavras-chave: Pedagogias culturais, avaliação educacional, velhices dissidentes, biopolítica, interseccionalidade.

PEDAGOGIES OF AGING: DISCURSIVE EMERGENCE, GOVERNMENTALITY, AND DISPUTES IN CONTEMPORARY BRAZIL

ABSTRACT: In this article, we examine how aging becomes established as a discursive field in contemporary Brazil through practices and statements that determine ways of living, appearing, and being identified as old. Anchored in a post-critical perspective and combining Foucault’s discourse analytics with contributions from Silva and Bortolazzo on cultural pedagogies, we analyze the first National Teaching Exam (PND), the 2025 ENEM writing prompt, the public narrative of Alexandre Kalache, and the LGBTQIA+ Pride Parades in São Paulo and Florianópolis as cultural pedagogies that generate public sensibilities, guide conduct, and dispute meanings attributed to aging. We argue that these examinations activate repertoires aligned with the notion of “active aging” often moralizing behaviors and depoliticizing racial, class-based, sexual, and territorial inequalities. In contrast, we understand the dissident old-age performances present in the Parades as counter-conducts that create new temporalities and modes of existence, challenging and expanding the limits of what is considered legitimate aging. We

sustain that Brazilian old ages are produced by regimes of truth and power relations rather than merely by demographic processes. Thus, we contend that their discursive emergence constitutes an urgent analytical field for Education.

Keywords: Cultural pedagogies, Educational assessment, Dissident old ages, Biopolitics, Intersectionality.

PEDAGOGÍAS DEL ENVEJECIMIENTO: EMERGENCIA DISCURSIVA, GUBERNAMENTALIDAD Y DISPUTAS EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

RESUMEN: En este artículo examinamos cómo el envejecimiento se configura como un campo discursivo en el Brasil contemporáneo, a partir de prácticas y enunciados que determinan formas de vivir, aparecer y ser identificado(a) como persona vieja. Anclados en una perspectiva poscrítica y combinando la analítica foucaultiana del discurso con las contribuciones de Silva y Bortolazzo sobre pedagogías culturales, analizamos la primera Prueba Nacional Docente, la propuesta de redacción del ENEM 2025, la narrativa pública de Alexandre Kalache y las Marchas del Orgullo LGBTQIA+ en São Paulo y Florianópolis como pedagogías culturales que generan sensibilidades públicas, orientan comportamientos y disputan sentidos sobre el envejecimiento. Sostenemos que estas pruebas activan repertorios alineados con la noción de “envejecimiento activo”, moralizando comportamientos y despolitizando las desigualdades raciales, de clase, sexuales y territoriales. En contraste, entendemos las vejeces disidentes presentes en las Marchas como contraconductas que crean nuevas temporalidades y modos de existencia, desafiando y ampliando los límites de lo que se considera una vejez legítima. Defendemos que las vejeces brasileñas son producidas por regímenes de verdad y relaciones de poder, y no solo por dinámicas demográficas. De este modo, sostenemos que su emergencia discursiva constituye un campo analítico urgente para la Educación.

Palabras clave: Pedagogías culturales, Evaluación educativa, Vejeces disidentes, Biopolítica, Interseccionalidad.

INTRODUÇÃO: O ENVELHECIMENTO COMO EMERGÊNCIA CONTEMPORÂNEA

No Brasil contemporâneo temos sido constantemente interpelados, direta e indiretamente, pela crescente discussão pública sobre o tema do envelhecimento humano. Frases como “o país está envelhecendo” vêm se tornando cada vez mais comuns. Mesmo levando em conta a relevância das análises demográficas e epidemiológicas que se debruçam sobre essa transformação, indagamos sobre o efeito de naturalização que elas podem gerar. Quando vistas como o principal horizonte explicativo, essas perspectivas tendem a retratar o envelhecimento como um fenômeno neutro, inevitável e igualmente distribuído, como se bastasse registrar sua expansão para entendê-lo.

Neste artigo seguimos um caminho diferente. Recusamos a ideia de que a visibilidade atual das pessoas idosas no Brasil decorra de maneira direta do aumento numérico desse grupo etário e, por isto, entendemos fundamental desconstruir esses significados e analisar como o envelhecimento humano é produzido, regulado e hierarquizado nos dias de hoje.

Ao situar nossa análise no âmbito educacional, defendemos que o processo de envelhecer também é ensinado e assimilado por meio de discursos sociais, narrativas da mídia e ferramentas estatais que, por sua vez, repercutem nas práticas cotidianas. Esses circuitos, operando de maneira descentralizada

e capilar, são aqui entendidos como pedagogias culturais. Tomaz da Silva (2010) nos convida a pensar as pedagogias culturais como mecanismos difusos que ensinam formas de existir, sentir e agir. Ao retomar a leitura de Sandro Bortolazzo (2020), entendemos que esse conceito vem sendo atualizado no Brasil, o que nos possibilita mobilizá-lo para analisar como determinadas formas de envelhecer se tornam pensáveis, educáveis e governáveis.

Nesse cenário, retornar à indagação de Maurício Pereira (2015) – o que fazemos com a subalternidade? – permite mudar a atenção dos sujeitos “vulneráveis” para os processos que geram a vulnerabilidade: mecanismos que classificam, hierarquizam e silenciam experiências, levando à construção do campo discursivo das velhices por meio de emergências e apagamentos simultâneos.

Empiricamente, focamos nossa análise em quatro eventos que contribuíram para aumentar a visibilidade das pessoas idosas na esfera pública brasileira em 2025. Pela primeira vez, o Estado incluiu o envelhecimento nas políticas de educação de maneira massiva: a primeira Prova Nacional Docente (PND) destacou o idadismo como “desafio social e educacional” (Brasil, 2025c), ao passo que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) convocou milhões de estudantes a refletir sobre as “Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira” (Brasil, 2025d). Além de abordarem o envelhecimento, esses exames desafiaram jovens e professores/as a produzir respostas, sensibilidades e estratégias pedagógicas de intervenção.

Ainda em 2025, duas grandes Paradas do Orgulho LGBTQIA+ (em São Paulo e Florianópolis) reinseriram pessoas idosas dissidentes no espaço urbano e na mídia. Em São Paulo, faixas, entrevistas e narrativas jornalísticas associaram o envelhecimento à cidadania, à memória política, à sobrevivência e ao orgulho. Em Florianópolis, a visibilidade foi configurada em termos de registros afetivos e comemorativos nas redes sociais, criando um repertório visual das velhices possíveis. Embora diferentes, esses eventos geraram declarações que deslocam o envelhecimento da posição de retração para a de presença pública, mesmo que filtrada e tensionada pelos regimes de visibilidade que analisaremos mais adiante.

A disseminação de discursos de figuras reconhecidas no campo do envelhecimento fortaleceu esses movimentos. Alexandre Kalache¹ celebrou publicamente a escolha do tema da redação no ENEM. Sua intervenção sintetiza uma importante chave interpretativa: a visibilidade estatal do envelhecimento seria, simultaneamente, uma conquista político-institucional e um instrumento pedagógico, ou seja, de direcionamento de condutas.

Compreendemos esses eventos – provas, pronunciamento especializado e Paradas – como pedagogias culturais que contribuem para a produção de sensibilidades e expectativas públicas em relação ao envelhecimento. Ao examiná-los em conjunto, nosso objetivo é compreender como essa emergência discursiva contemporânea das velhices no Brasil está sendo atravessada por disputas entre normalização, marcadores sociais da diferença² e resistência.

¹ Conforme informado em seu currículo lattes (<http://lattes.cnpq.br/3900457957253225>), Alexandre Kalache é médico e pesquisador com atuação central na formulação e difusão do paradigma do “envelhecimento ativo”, tendo sido diretor do Departamento de Envelhecimento e Saúde da OMS (1995-2008).

² Entendemos marcadores sociais da diferença como categorias historicamente produzidas que operam na organização das relações sociais, distribuindo pertencimentos, hierarquias, visibilidades e exclusões. Esses marcadores não atuam de forma isolada, mas em coprodução, conformando experiências desiguais de reconhecimento e de acesso a direitos (Zamboni, 2014; Melo *et al.*, 2020).

Para além de apontar uma suposta “visibilidade positiva”, nos interessa problematizar quem pode aparecer como idoso/a, quais formas de envelhecer se tornam reconhecíveis e dignas de consideração, quais permanecem à margem e quais modos de envelhecimento são vistos como desejáveis ou legítimos nessas construções discursivas. Não menos importante, o que aprendemos com isto tudo.

A questão central que orienta esta reflexão é a seguinte: como o envelhecimento se torna um objeto discursivo no Brasil contemporâneo e de que modo diferentes formas de saber-poder produzem e disputam modos de subjetivação e governamentalidade das velhices nos âmbitos público, educacional, midiático e político?

Com base nessa questão inicial, neste artigo realizamos uma leitura pós-crítica (Meyer e Paraíso, 2014), que rejeita pressupostos universalizantes, e a partir da qual damos prioridade a uma análise contextualizada das práticas culturais e políticas. Ao ser articulada com referenciais foucaultianos, essa abordagem possibilita a compreensão da emergência contemporânea das velhices como um processo atravessado pela produção de subjetividades, por mecanismos de normalização e pelas resistências que se formam em torno desse momento da vida. Falamos em velhices, no plural, pois diferentes regimes de verdade e relações de poder configuram formas possíveis e, muitas vezes, modos inviáveis de envelhecer.

A análise foucaultiana reconstrói o campo de problematização ao mudar o foco das narrativas cronológicas para a investigação das condições que permitem que certos enunciados sejam ditos enquanto outros são inviáveis ou silenciados. Nessa perspectiva, um evento não é apenas um fato isolado, mas uma síntese de práticas, discursos e relações de poder que reconfigura – ainda que temporariamente – o que pode ser dito, observado e reconhecido como verdade, no caso presente, sobre o envelhecimento. E ainda com base em Michel Foucault (2008a), entendemos discurso como aquilo que produz efeitos de verdade e organiza regimes de saber, poder e subjetivação; é a partir desse enquadramento que a leitura dos eventos aqui analisados se situa.

Ao longo do artigo, elaboramos essa reflexão em três movimentos analíticos interligados. Na seção inicial, analisamos PND e ENEM como tecnologias de avaliação que operam como biopolítica do envelhecimento, produzindo sujeitos, sensibilidades e mapas morais da velhice no interior destas pedagogias culturais. Em seguida, articulamos governamentalidade e interseccionalidade para examinar como esses materiais estabelecem regimes de visibilidade e apagamento, além de questionar os imaginários normativos que permeiam o chamado envelhecimento ativo, explicitado na manifestação de Alexandre Kalache.

Por último, relacionamos as Paradas LGBTQIA+ de São Paulo e Florianópolis à ideia de contracondutas de Foucault, abordando as velhices insurgentes e as dissidências governadas, bem como suas brechas e filtros. Encerramos com considerações finais que revisitam a pergunta norteadora, resumindo o que a emergência discursiva das velhices no Brasil contemporâneo nos possibilita compreender sobre as disputas relacionadas à educação, governamentalidade e desigualdades, além de apontar possíveis direções para pesquisas futuras.

AVALIAÇÃO, DISCURSO E PRODUÇÃO DE SUJEITOS: EXAMES COMO BIOPOLÍTICA DO ENVELHECIMENTO

Nesta seção analisamos como a PND e o ENEM colocam o envelhecimento no foco das avaliações de grande escala no Brasil em 2025, convocando milhões de professores/as e estudantes a

refletir sobre o assunto. Além de avaliarem conhecimentos, esses exames atuam como tecnologias que direcionam modos legítimos de existir, sentir e avaliar o curso da vida, gerando expectativas normativas sobre o que significa envelhecer “bem”, “ativamente” ou “com dignidade”.

Para entender esses efeitos, utilizamos o conceito foucaultiano de biopolítica, visto como a racionalidade pela qual a vida se torna objeto de governo. Foucault (2008b) indica que a biopolítica surge quando o poder se encarrega de administrar os processos vitais das populações, incluindo crescimento, saúde, longevidade e comportamentos, utilizando saberes, técnicas e mecanismos regulatórios. Refere-se a uma forma de governo que se organiza não mais em torno do direito soberano de “fazer morrer e deixar viver”, mas da gestão diferenciada da vida, voltada a “fazer viver e deixar morrer”. Sob essa chave, a biopolítica não se limita apenas à saúde ou assistência, mas atravessa também as políticas educacionais, instrumentos de avaliação e práticas pedagógicas, produzindo sujeitos, expectativas normativas e modos legítimos de viver – e, por extensão, de envelhecer.

À luz dessa racionalidade, PND e o ENEM podem ser considerados tecnologias biopolíticas: eles produzem sujeitos educáveis, configuram sensibilidades socialmente aceitáveis sobre as velhices e interpelam professores/as e jovens estudantes a adotar práticas de autocuidado, prevenção, responsabilidade e gestão moral da longevidade. Desse modo, a biopolítica do envelhecimento não se restringe apenas à área da saúde ou da assistência, mas também se manifesta por meio de pedagogias avaliativas que ensinam quem pode envelhecer, como deve fazê-lo e quais padrões morais permitirão o reconhecimento dessas velhices.

A PND³ é um exame anual organizado pelo Ministério da Educação (MEC), em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criado em 2025 para apoiar estados e municípios na seleção de professores/as para a rede pública de educação básica. Não substitui os concursos ou seleções tradicionais, mas serve como um instrumento avaliativo padronizado que pode ser usado como etapa única ou complementar (eliminatória ou classificatória), conforme o edital das redes de ensino que optarem por adotá-la. Nesta primeira edição da PND foram confirmadas 1.086.914 inscrições⁴, reunindo tanto concluintes de licenciatura quanto professores/as já formados/as.

O ENEM⁵, por sua vez, é uma prova nacional aplicada anualmente desde 1998⁶ pelo Inep. Embora tenha sido concebido para avaliar o desempenho escolar de estudantes ao final da educação básica, tornou-se progressivamente ferramenta multifuncional: porta de acesso ao ensino superior (via Sisu, ProUni e Fies), instrumento de certificação de conclusão do ensino médio e produção de indicadores

³ BRASIL. Ministério da Educação. *Prova Nacional Docente (PND)*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores/prova-nacional-docente>. Acesso em: 09 dez. 2025.

⁴ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Número de inscritos na PND reforça a importância do professor para o Brasil*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/prova-nacional-docente/numero-de-inscritos-na-pnd-reforca-a-importancia-do-professor-para-o-brasil>. Acesso em: 09 dez. 2025.

⁵ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Fazer o Exame Nacional do Ensino Médio*. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/fazer-o-exame-nacional-do-ensino-medio>. Acesso em: 09 dez. 2025.

⁶ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *O que é o Enem*. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 09 dez. 2025.

nacionais. Em 2025, o exame registrou 4.811.338 inscrições confirmadas⁷, reunindo majoritariamente jovens concluintes do ensino médio, mas sem restrição etária – característica que reforça seu alcance populacional ampliado.

Quando considerados em conjunto, PND e ENEM são instrumentos de avaliação de grande escala que não apenas medem desempenhos, mas também organizam as expectativas públicas sobre o que significa ensinar, aprender e viver. É nessa perspectiva que se intensificam como tecnologias biopolíticas capazes de produzir sujeitos, direcionar sensibilidades e regular percepções e imaginários sobre o envelhecimento – uma conexão que será analisada a seguir.

Na PND, o envelhecimento é abordado na questão discursiva relacionada ao idadismo. Três textos motivadores são apresentados antes do enunciado. O texto 1, Extraído do Relatório mundial sobre o idadismo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), apresenta uma definição de referência: “O idadismo refere-se aos estereótipos (como pensamos), aos preconceitos (como nos sentimos) e à discriminação (como agimos) direcionados às pessoas com base em sua idade. Pode ser institucional, interpessoal ou autodirecionado” (Brasil, 2025a. p. 18). Embora seja tecnicamente consistente, a formulação generaliza o envelhecimento ao abordar o idadismo como um problema comportamental, desconectado dos marcadores sociais da diferença que produzem formas de envelhecimento radicalmente diferentes.

O Texto 2 da PND replica o art. 22 do Estatuto da Pessoa Idosa, destacando a inclusão do assunto nos currículos escolares: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização da pessoa idosa, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” (Brasil, 2025a. p. 18). No entanto, o imperativo legal dessa inserção, assim como a sua inclusão como texto motivador, não oferece elementos que permitam questionar como os próprios currículos participam da produção de normas, expectativas e critérios de inteligibilidade sobre as velhices. Ou seja, esta formulação passa ao largo dos marcadores sociais da diferença, corroborando, também, a ideia de envelhecimento como algo homogêneo.

O texto 3 recorre a Paulo Freire para abordar as conexões entre juventude e velhice, enfatizando a dimensão subjetiva e ético-política da forma como se experimenta a passagem do tempo:

[...] Ninguém é velho só porque nasceu há muito tempo ou jovem porque nasceu há pouco. Além disso, somos velhos ou moços muito mais em função de como pensamos o mundo, da disponibilidade com que nos damos, curiosos, ao saber, cuja procura jamais nos cansa e cujo achado jamais nos deixa satisfeitos e imobilizados. Somos moços ou velhos muito mais em função da vivacidade, da esperança com que estamos sempre prontos a começar tudo de novo [...]. Somos velhos ou moços muito mais em função de se nos inclinarmos ou não a aceitar a mudança como sinal de vida e não a paralisação como sinal de morte (Brasil, 2025a. p. 18).

O trecho selecionado destaca uma perspectiva subjetivo-voluntarista, enfatizando vivacidade, esperança e habilidade de recomeçar. Ou seja, mobiliza apenas características comportamentais individuais dos sujeitos para determinar quem é ou não velho, deixando igualmente de fora da abordagem os marcadores sociais da diferença.

⁷ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Enem 2025: mais de 4,8 milhões de inscritos confirmados*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/enem/enem-2025-mais-de-4-8-milhoes-de-inscritos-confirmados>. Acesso em: 09 dez. 2025

Considerado em conjunto, o material motivador da questão discursiva estabelece a definição de idadeísmo com base na OPAS, inscreve o envelhecimento como conteúdo obrigatório nos currículos por exigência legal e enfatiza uma ética de responsabilidade pessoal em relação ao envelhecimento. Dessa forma, estabelece uma grade de inteligibilidade na qual a discriminação etária se manifesta principalmente como questão de atitudes, percepções e interações. A escolha dos textos motivadores deixa de lado a desigual distribuição de danos, riscos e oportunidades ao longo da vida; não é colocada como contexto para iluminar a reflexão discursiva solicitada, permanecendo, assim, como eventual pano de fundo silencioso que, até aqui, pode ou não ser mobilizada pelos/as estudantes.

O enunciado da tarefa escrita, conferindo destaque para a conduta docente, enfatiza o que entendemos como moralização pedagógica:

Em uma reunião pedagógica, os professores, motivados pela Lei n. 14 423/22 e pelos recorrentes discursos idadeístas na escola, planejam atividades didáticas que abordem esse tema em seus planos de aula. Com base na situação-problema e na leitura dos textos motivadores, elabore um texto dissertativo-argumentativo que, respeitando os Direitos Humanos, 1. discuta o idadeísmo como desafio social e educacional no Brasil; 2. aborde os efeitos das diferenças geracionais nas relações estabelecidas no contexto escolar; 3. apresente, ao menos, uma proposta de atividade para combater o idadeísmo e promover a integração intergeracional na escola (Brasil, 2025a. p. 18).

O que verificamos é que a prova interpela um/a professor/a genérico/a, de quem se espera habilidade para “combater o idadeísmo e promover a integração intergeracional” por meio de ações pedagógicas. Nesse movimento, o exame produz dois efeitos de subjetivação interligados: estabelece o/a docente como gestor/a moral de um problema social e, simultaneamente, projeta uma pessoa idosa abstrata como referência justificadora da intervenção educativa, sem que essa figura esteja diretamente envolvida no processo pedagógico proposto.

Dessa forma, o envelhecimento aparece como algo a ser mediado, protegido ou incorporado, em vez de ser considerado uma experiência atravessada por conflitos, agência⁸ e disputas. Deste modo, a PND convoca indivíduos a gerenciar uma questão que ela mesma despolitiza, ao transferir para a conduta individual e pedagógica questões que, em termos foucaultianos, são produzidos por relações de poder mais amplas e desiguais.

No ENEM 2025 o envelhecimento é o tema da proposta de redação: “Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira”. A prova orienta os participantes da seguinte maneira:

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista (Brasil, 2025b, p. 20).

⁸ Neste artigo, empregamos o termo agência de forma restrita e explicativa, sem considerá-lo uma categoria analítica central. Em diálogo com a teoria feminista contemporânea, entendemos agência não como autonomia absoluta ou ação livre desvinculada das relações de poder, mas como espaço de manobra, habilidade ou potência de agir gerada no contexto dos processos de subjetivação. Trata-se de um conceito relacional, influenciado por gênero, raça, classe e sexualidade, que não se contrapõe ao assujeitamento, mas surge de sua ambivalência, apontando maneiras situadas de negociação, adaptação e reiteração das normas (Diego Paz e Maria Cristina Amazonas, 2025).

Um ponto que consideramos relevante ressaltar é que tanto a PND quanto o ENEM requerem que as respostas e propostas de intervenção “respeitem os direitos humanos”. Não se trata de questionar a legitimidade normativa desse horizonte, mas de indagar qual concepção de direitos humanos pode ser utilizada e, principalmente, quais foram os debates anteriores que a escola realmente ofereceu aos/às estudantes para que eles/elas pudessem entender esse enunciado. Nos textos motivadores, o tema não é desenvolvido; ele aparece apenas como uma cláusula regulatória que estabelece limites morais ao que pode ser expresso. Portanto, em vez de permitir um espaço para o conflito político – que é uma dimensão essencial dos direitos humanos – a exigência atua como um filtro discursivo, definindo o tom, a forma e o conteúdo das respostas que são consideradas aceitáveis.

Quando os direitos humanos são mobilizados como condição de correção e legitimidade, eles tendem a transformar as disputas relacionadas ao envelhecimento, desigualdade e violência, novamente, em questões de conscientização, convivência e intervenção pedagógica. Isso desloca o foco das relações de poder que geram desigualdades para a responsabilidade individual de apresentar soluções “humanizadas”. Dessa forma, o apelo aos direitos humanos não só resguarda certos enunciados, como também neutraliza outros, atuando como uma tecnologia de governo que moraliza a discussão e limita o que pode ser pensado dentro da avaliação educacional.

Alexandre Kalache, médico e epidemiologista, ex-diretor do Departamento de Envelhecimento e Saúde da OMS e um dos principais formuladores do paradigma do envelhecimento ativo, celebrou imediatamente a escolha do tema pelo ENEM. No vídeo postado em seu perfil no Instagram⁹, ele declara:

[...] Vejo que o tema da redação de 2025 foi “perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira”. Eu vejo isso como... hum... de uma missão cumprida. [...] Falando disso desde 1975, meu tema de mestrado na Universidade de Londres, e depois de doutorado na Universidade de Oxford. Depois fui para a Organização Mundial da Saúde e, em 2002, lancei o marco político do envelhecimento ativo, tá? Quase 25 anos influenciando as políticas. [...] Vivemos mais do que nunca, mas estamos preparados para isso? Hum... Fico feliz. Um presentão de 80 anos [...] ver que o ENEM abraça o tema e isso reflete na cabeça das novas gerações. Muito bom!” (Kalache, 2025).

Ao abordar a escolha do tema como “presentão de 80 anos” e “missão cumprida”, Kalache insere a opção político-educacional em uma série de ações que engloba sua trajetória acadêmica, seu envolvimento na OMS e a instituição do marco político do envelhecimento ativo. Assim este exame aparece, na leitura de Kalache, como resultado de um projeto mais abrangente que visa mudar a maneira como a sociedade lida com a longevidade. Ao dizer que o tema “reflete na cabeça das novas gerações”, Kalache destaca o aspecto pedagógico dessa racionalidade: trata-se não apenas de reconhecer um fenômeno demográfico, mas também de produzir formas legítimas de pensar, valorizar e experimentar as velhices.

É nesse ponto que o conceito de governamentalidade de Foucault (2008b) se mostra analiticamente significativo. Entendida como um conjunto de práticas, saberes e estratégias que orientam condutas, regulam populações e produzem subjetividades, a governamentalidade permite analisar como o envelhecimento é tratado não apenas como fenômeno biológico ou social, mas também como um

⁹ A fala mencionada consta em depoimento público sobre o tema da redação do ENEM 2025, disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DQ2NX-WAanz/>. Acesso em: 10 nov. 2025

campo de intervenção normativa. Nesse cenário, torna-se fundamental questionar quais tipos de velhices são pensáveis, desejáveis ou reconhecíveis, bem como quais critérios fazem com que determinadas formas de envelhecer sejam valorizadas, normalizadas ou mantidas à margem.

A escolha e disposição dos seis textos motivadores da redação do ENEM 2025 fortalecem esse modelo de governamentalidade, ao oferecer um repertório específico de enunciados sobre o envelhecimento. O processo de envelhecimento é apresentado como uma tendência demográfica no Texto I:

Em 2022, o total de pessoas com 65 anos de idade ou mais no país chegou a 10,9% da população, com alta de 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era 7,4% da população. [...] O aumento da população de 65 anos ou mais e a diminuição da parcela da população de até 14 anos no mesmo período, que passou de 24,1% para 19,8%, evidenciam o franco envelhecimento da população brasileira. (Brasil, 2025b, p. 20).

O Texto II (Brasil, 2025b, p. 20) discute o pictograma do “idoso”, apresentando uma figura “mais ativa” ao lado da inscrição “60+”:

Um movimento na internet, contrário ao pictograma com a bengala para os idosos, iniciou uma campanha para modificar essa imagem. A empreitada coletiva acabou com a elaboração de um novo desenho, uma figura mais ativa, ao lado da inscrição “60+”.



O debate propõe quebrar a conexão convencional entre velhice, enfermidade, fragilidade e imobilidade, retratando a figura da pessoa idosa como ereta, digna e autônoma. Embora interessante, é necessário destacar que esse movimento não elimina e nem se faz “por fora” da normatividade: ele a reestrutura. A imagem “mais ativa” cria uma estética positiva para o envelhecimento, na qual postura corporal, saúde e independência atuam como sinais implícitos de valor – alinhados com o conceito de envelhecimento ativo. Nesse processo, os marcadores sociais da diferença são excluídos não apenas por silenciamento, mas também por substituição estética: corpos considerados modelos universais, saudáveis e autossuficientes substituem corpos racializados, empobrecidos, adoecidos ou dissidentes, que permanecem invisíveis e não reconhecidos.

O Texto III se vale de referências culturais, como Rita Lee e Fernanda Montenegro, para vincular a liberdade de escolha à dignidade na velhice:

A velhice é tempo de se retratar consigo mesma, de falar da doença, da sexualidade, do tédio e da liberdade de não se encaixar mais nas expectativas sociais. “A velhice não é doença. É destino”, escreve Rita Lee. Mas ela mesma mostra que esse destino não é sinônimo de mero encaminhamento para o fim – é campo de novas escolhas, inclusive a de desafiar estereótipos reservados para essa fase da vida. A atriz Fernanda Montenegro, 95 anos, oferece em suas memórias uma síntese luminosa desse gesto de habitar o tempo com dignidade: “A velhice é o tempo em que a vida já foi vivida e, por isso mesmo, pode finalmente ser olhada de frente, sem o pânico do ineditismo”. (Brasil, 2025b, p. 20).

Ao escolher trechos que destacam liberdade, escolha e vitalidade, a prova consolida um enquadramento normativo do envelhecer que se alinha ao ideal ativo (mesmo quando as próprias vidas convocadas sejam mais complexas do que o enquadramento normativo que as recorta), silenciando ambiguidades inerentes às próprias trajetórias. No caso de Rita Lee, sua trajetória é marcada também por experiências de marginalidade, uso de drogas e conflitos com normas de respeitabilidade etária – mas isso não é abordado pelo recorte escolhido.

O Texto IV (Brasil, 2025b, p. 20) questiona o estereótipo do “velho ativo”, porém sem explicar ou interrogar os mecanismos que produzem esse imperativo:

Um novo estereótipo: o “velho ativo”, saudável e com recursos pressiona o “velho inativo”, doente e pobre. Nem todos os idosos têm recursos à disposição para aderir a essa corrida.

Idosos são os principais mantenedores dos lares



O gráfico que acompanha o Texto IV reforça essa perspectiva ao retratar a velhice principalmente em relação à posição econômica dentro da família. Ao enfatizar que a maioria das pessoas idosas entre 65 e 74 anos desempenha um papel fundamental na manutenção do lar – com 28% sendo as únicas responsáveis pela renda doméstica – o documento recontextualiza o envelhecimento em uma narrativa de utilidade e responsabilidade econômica. Desta forma, ainda que o texto critique o ideal do “velho ativo” e afirme que “nem todos os idosos têm recursos à disposição para aderir a essa corrida”, a estatística recortada reitera a valorização da velhice com base na contribuição material, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pela gestão das desigualdades, que permanecem fora do enquadramento apresentado.

O Texto V, de Clarice Lispector, dramatiza a experiência da velhice pela via da inutilidade e da solidão:

Dona Maria Rita era tão antiga que na casa da filha estavam habituados a ela como a um móvel velho. Ela não era novidade para ninguém. Mas nunca lhe passara pela cabeça que era uma solitária. Só que não tinha nada para fazer. Era um lazer forçado que em certos momentos se tornava lancinante: nada tinha a fazer no mundo. Senão viver como um gato, como um cachorro. Seu ideal era ser dama de companhia de alguma senhora, mas isso nem se usava mais e mesmo ninguém acreditaria nos seus fortes setenta e sete anos, pensariam que era uma fraca. Não fazia nada, fazia só isso: ser velha. As vezes ficava deprimida: achava que não servia a nada, não servia sequer a Deus. (Brasil, 2025b, p. 20).

Ao ser lido em conjunto com o Texto IV, o trecho de Clarice Lispector demonstra que “velho ativo” e “velho inútil” não são conceitos opostos, mas extremos complementares de uma mesma lógica normativa. Enquanto o Texto IV critica a imposição do envelhecimento ativo sem questionar os mecanismos que a cria, o Texto V dramatiza o insucesso em relação a esse ideal, transformando a exclusão

social em um profundo sentimento de inadequação. O envelhecimento surge como uma experiência moralizada, na qual o valor da vida na velhice é avaliado com base na habilidade de conformar-se – ou não – aos padrões de produtividade, autonomia e função social, entre a exigência de uma atividade constante e a vivência da sensação de inutilidade. Até aqui a prova não quebra a normatividade, mas a estrutura em diferentes níveis, oferecendo ao/a estudante um repertório que varia entre a promessa do envelhecimento ativo e a produção da irrelevância social como um destino possível.

Finalmente, o Texto VI aborda, de forma breve e localizada, a questão do racismo e da acumulação de desigualdades ao longo da vida:

O documentário *Quantos dias. Quantas noites* busca investigar quem, afinal, tem direito a uma vida longa no Brasil. “São inúmeros os marcadores que definem quem vai viver e quem vai sucumbir diante de uma realidade imposta por um sistema bastante perverso”, afirma o diretor do documentário. “O envelhecimento leva a maioria das pessoas a um declínio funcional. Mas, se você chega aos 75 tendo acumulado desigualdades, principalmente pelo racismo, é muito difícil sobreviver com qualidade de vida”, diz um médico gerontólogo. (Brasil, 2025b, p. 20).

Apesar de essa inclusão expandir o repertório discursivo da prova, ao mencionar diretamente o racismo como um fator que afeta a longevidade, ela não altera a abordagem geral do tema. A desigualdade, aqui, surge como um fator explicativo específico, em vez de ser o eixo central da experiência de envelhecer. Portanto, embora reconheça que nem todos alcançam a velhice em condições semelhantes, o texto não questiona os mecanismos sociais, políticos e econômicos que geram essas desigualdades ao longo da vida.

Quando analisados em conjunto, os textos motivadores conectam dados demográficos, disputas discursivas em torno das formas legítimas de nomear, tornar visível e valorar a velhice, padrões normativos de envelhecer, uma crítica parcial ao imperativo do “velho ativo”, uma narrativa literária que aborda a inutilidade e a solidão, além de uma referência específica às desigualdades raciais. Esse arranjo incentiva o/a estudante a pensar sobre o envelhecimento a partir de um repertório que valoriza a convivência, o respeito e a iniciativa individual, ao mesmo tempo em que coloca em segundo plano as relações de poder que determinam quem pode envelhecer, em que condições e com que reconhecimento social.

A recente emergência discursiva das velhices no Brasil, segundo a análise preliminar desses materiais, vai além da simples ampliação de uma “consciência” qualquer sobre o processo de envelhecer. Ela retrata a atuação de racionalidades políticas que transformam a velhice em um objeto de governança.

Nessa direção, o paradigma do envelhecimento ativo, celebrado por Kalache, assume uma posição estratégica que atua não apenas como uma recomendação “benigna”. Ele atua como um regime de verdade que estabiliza as expectativas normativas sobre o que significa envelhecer “bem”: autonomia, participação social, prevenção de riscos e autogerenciamento. Esse modelo, segundo Vanessa Freitas (2022), está ligado às moralidades neoliberais que prescrevem condutas “corretas” e deslocam para o âmbito da responsabilidade individual aquilo que é gerado em relações de poder desiguais ao longo da vida. Isso faz com que o envelhecer se torne espaço privilegiado de responsabilização e controle moral da conduta.

É importante destacar, contudo, que o envelhecimento ativo não se constituiu como um bloco uniforme. Maria Barrios (2015) ressalta que, embora o paradigma tenha emergido

internacionalmente como uma crítica ao modelo biomédico centrado no cuidado e como uma afirmação de direitos, participação e intersectorialidade, ele foi progressivamente integrado como um referencial normativo nas políticas públicas. Nesse processo, há conflitos entre a ênfase em direitos e a inclinação em responsabilizar as pessoas por “aproveitar oportunidades”, impondo expectativas de otimização, autonomia e autogestão ao longo da vida.

No cenário brasileiro, as articulações examinadas indicam uma mudança mais acentuada no sentido do governo de condutas: sem entrar em debates que considerem alternativas que possibilitem participação e segurança, o envelhecimento ativo surge como um imperativo moral e pedagógico. Sujeitos são interpelados a aprimorar seus corpos, controlar suas emoções, prevenir riscos e administrar sua longevidade como projeto pessoal. Esse processo está ligado a moralidades estéticas e biomédicas que estabelecem limites entre velhices consideradas legítimas e velhices vistas como insuficientes, desviantes ou fracassadas, conforme apontam João Paulo Ferreira da Silva *et al.* (2014) e Junia Vilhena e Joana Novaes (2009).

Nesse cenário, as provas da PND e do ENEM podem ser lidas como micropolíticas de longevidade ou, dito de outra forma, como pedagogias do envelhecimento: mecanismos que, ao organizarem textos, perguntas e instruções de escrita, produzem percepções públicas acerca do envelhecimento. Conforme Guacira Louro (2007) ressalta, as narrativas educativas não se limitam a informar; elas também produzem formas de existir. Beatriz Nunes e Fernando Pocahy (2023) demonstram como os documentos curriculares e avaliativos atuam como “encomendas” direcionadas à escola, convocando-a a administrar a diferença etária por meio de práticas de conscientização, convivência e respeito. A questão discursiva da PND 2025 segue exatamente este caminho.

A noção de pedagogias culturais, já mencionada, é útil para a análise nesse cenário. Reconhecemos que PND, ENEM, discursos especializados e imagens públicas não operam de maneira isolada, mas fazem parte de circuitos interligados de produção de significados relacionados ao envelhecimento. Esses circuitos transcendem ao contexto escolar e se ligam a políticas públicas, mídia, redes sociais e iniciativas de especialistas, criando uma rede complexa por meio da qual se aprendem valores, expectativas e padrões de reconhecimento associados às velhices.

Nos materiais até aqui analisados, essas pedagogias culturais estão associadas a um núcleo ético que valoriza a prevenção, o autocontrole, o desempenho e a convivência harmoniosa, ao passo em que procura transformar conflitos e assimetrias em oportunidades para desenvolver a sensibilidade. Ao convocar jovens e professores/as a pensarem sobre o envelhecimento e a proporem intervenções, PND e ENEM produzem sujeitos que precisam lidar com a diferença etária por meio da empatia e de projetos, enquanto as condições desiguais que impactam a produção das velhices são pouco (ou nada) discutidas como uma questão política central.

Assim, a governamentalidade do envelhecimento atua não apenas sobre corpos que já envelheceram, mas também sobre aqueles que ainda não atingiram a velhice, dirigindo-se a estudantes e professores/as como futuros/as idosos/as, responsáveis pela própria longevidade e pela forma como devem lidar com longevidade dos/as outros/as. É exatamente esse padrão, que mescla normalização, responsabilização e pedagogização da velhice, que se torna o foco de tensão e análise nas próximas seções. Nelas, interseccionalidade e velhices dissidentes reabrem a questão do envelhecer como um campo de conflito, disputa e (re)criação.

QUEM PODE ENVELHECER? INTERSECCIONALIDADES E REGIMES DE VISIBILIDADE

O exame dos materiais apresentados e discutidos na seção anterior – PND, ENEM, depoimento especializado – sugere que o envelhecimento não deve ser considerado como um fenômeno natural, linear ou universal. Neles o envelhecimento é apresentado menos como uma fase biográfica compartilhada e mais como um campo de produção diversificada de compreensões, reconhecimentos e silêncios.

Para pensar sobre essas assimetrias, adotamos uma abordagem construcionista da interseccionalidade, em diálogo com autoras que questionam as limitações das interpretações sistêmicas e aditivas das diferenças (Piscitelli, 2008). Nesse sentido, nossa perspectiva é que a interseccionalidade não atua apenas como uma sobreposição de categorias ou como uma estrutura fixa de dominação; ela funciona como um campo relacional onde diferenças e desigualdades são coproduzidas, em conexão com regimes discursivos e relações de poder. Essa opção teórica e analítica reforça a possibilidade de compreensão do envelhecimento como um processo atravessado por disputas que tornam algumas velhices inteligíveis, reconhecíveis e governáveis, ao passo que outras são neutralizadas, desautorizadas ou inviabilizadas.

Os recursos educacionais aqui analisados apresentam o envelhecimento como um processo comum e inevitável. Mas a análise do conjunto indica que essa ideia de universalidade é construída por meio de discursos. Na PND, o idadismo é definido como “estereótipos, preconceitos e discriminação” que devem ser enfrentados por meio de conscientização nas escolas e de estratégias educacionais. Sob essa lógica, o problema é exposto sem vínculo com as dinâmicas de poder que geram vidas com menos oportunidades de alcançar a velhice. O racismo que reduz a expectativa de vida, a violência LGBTQIA+fóbica que encurta vidas, a precarização do trabalho que compromete a saúde da população e as políticas de segurança que colocam jovens negros/as em risco de morte precoce continuam sem ser abordados. Nesse movimento, a prova interpela um sujeito docente genérico e cria, ao mesmo tempo, um/a “idoso/a genérico/a” a ser protegido/a, abstraído/a das hierarquizações que definem, concretamente, quem pode envelhecer.

Como discutimos, no ENEM ocorre algo semelhante. Os textos motivadores expandem as narrativas sobre convivência, autonomia, dignidade e liberdade de escolha, mas tratam apenas de forma marginal os aspectos que fazem o envelhecimento ser desigual. A menção ao efeito acumulado do racismo na vida longa aparece como um recurso pontual, e não como um eixo interpretativo central do conjunto. Ainda que um dos textos motivadores questione o imperativo do “velho ativo”, essa problematização se limita ao plano discursivo superficial, sem abordar de forma explícita as práticas, mecanismos e relações de poder que produzem diferentes formas de velhice e vidas interrompidas.

Dessa perspectiva, a interseccionalidade não é uma “camada extra” adicionada a uma velhice previamente tida como neutra. Ao mobilizá-la na análise, torna-se possível perceber que o sujeito da velhice presente nas provas é produzido também por omissões: pressupõe que todos envelhecem em condições iguais, enquanto ignora aqueles/as que vivem sob constante risco de morte precoce, desvalorização de sua trajetória de vida ou que não se reconhecem nas formas de nomeação e inteligibilidade da velhice construídas no e para o ambiente escolar. Em vez de ver diferenças e

desigualdades como “estruturas” fixas, é importante compreender como esses arranjos discursivos as empregam como parâmetros para distinguir, legitimar, governar e valorar as múltiplas formas de viver.

Assim, adotar uma perspectiva interseccional não se limita apenas a reformular a pergunta clássica que questiona “qual é a condição das pessoas idosas” e nem mesmo apenas adicionar a pergunta “quem consegue envelhecer”. Trata-se da reconfiguração do próprio campo do questionamento: indagar quem se torna visível ao envelhecer, quem permanece fora do foco, quem define os critérios de reconhecimento e quais ações fazem com que algumas velhices sejam perceptíveis enquanto outras sejam ignoradas. Defendemos que, para além de preencher lacunas explicativas, é fundamental expor os processos que geram inteligibilidade e apagamento, interrogando como as velhices se tornam possíveis, improváveis ou inviáveis.

Essa chave analítica ganha maior relevância quando conectamos os recursos educacionais às cenas criadas pelas Paradas LGBTQIA+. Nesses eventos, a realidade da desigualdade não pode ser simplesmente reduzida a uma “questão de convivência” ou “desafio moral”, pois ela emerge de condições sociais que são profundamente desiguais. Estudos que tratam da interseccionalidade indicam que indivíduos negros LGBTQIA+ tendem a enfrentar maiores obstáculos para obter acesso a serviços de cuidado, educação e proteção social ao longo de suas vidas. Isso evidencia as intersecções de racismo, LGBTQIA+fobia, classe e gênero que afetam suas trajetórias de vida e envelhecimento (Mateus Alves e Ludgleydson Araújo, 2020).

Ainda sobre este assunto, estudos recentes sobre velhices e interseccionalidade indicam que esses marcadores combinados geram experiências de envelhecimento muito distintas em termos de qualidade, nas quais as trajetórias de violência, exclusão e precarização se acumulam ao longo do tempo (Luiz Ferreira e Guilherme Costa, 2024). Como resultado, travestis e mulheres trans idosas alcançam idades surpreendentes em contextos onde a expectativa de vida é drasticamente reduzida; homens gays negros sobrevivem a ciclos de violência que visavam acabar com suas vidas ainda na juventude; e a velhice negra popular carrega as marcas acumuladas do racismo, pobreza e precarização – experiências que desafiam a lógica universal das provas e dos discursos oficiais sobre o envelhecimento.

Desse modo, a interseccionalidade atua como uma ferramenta analítica para entender os conflitos que atravessam o reconhecimento das velhices. Não são as diferenças que determinam o processo de envelhecimento; são as operações discursivas que as utilizam como critérios de distinção, avaliação e controle, estabelecendo quais tipos de velhice são reconhecidos, regulados ou celebrados, e quais são considerados descartáveis ou inviáveis. Ao articular interseccionalidade e governamentalidade, podemos entender como os discursos do envelhecimento ativo atuam como tecnologias de normalização. Esses discursos estimulam sujeitos a aderir a padrões de autonomia, responsabilidade e desempenho, enquanto despolitizam as condições históricas e sociais que tornam esses padrões viáveis para alguns/mas e impossíveis para outros/as.

É nesse ponto de atrito – entre a universalização dos discursos, reconhecimento seletivo e vidas improváveis – que as contracondutas e as velhices dissidentes se tornam visíveis. Não como algo alheio ao regime normativo, mas como efeitos que emergem de sua própria dinâmica. Durante as Paradas LGBTQIA+ de São Paulo e Florianópolis, o envelhecimento deixa de ser visto apenas como um objetivo desejável ou uma imposição moral, passando a ser afirmar enquanto disputa vivida. Corpos que chegaram à velhice apesar da precariedade, apesar da violência e apesar do apagamento, transformam a

sobrevivência em uma crítica aos regimes que historicamente consideraram a velhice como um privilégio. Nessas cenas, a alegria compartilhada não extingue o conflito, mas o recontextualiza de maneira pública, desafiando os limites do que pode ser considerado uma vida digna de ser vivida na velhice.

VELHICES INSURGENTES E DISSIDÊNCIAS GOVERNADAS: BRECHAS, FILTROS E DISPUTAS POR APARECER

A Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo, ocorrida em junho de 2025, inscreveu publicamente o envelhecimento como uma questão política ao adotar como tema “o direito de envelhecer com orgulho”. Reportagens destacaram faixas, discursos e apresentações que associavam o envelhecimento à dignidade, sobrevivência e cidadania. Conforme noticiado pela Agência Brasil¹⁰, o evento ocorreu com o lema “Envelhecer LGBTQIA+: memória, resistência e futuro”, trazendo a questão do envelhecimento para o espaço público, além do privado. As declarações geradas pela cobertura da mídia destacaram aspectos fundamentais dessa visibilidade: corpos envelhecidos ocupando a Avenida Paulista – um espaço tradicionalmente ligado à juventude –, histórias de sobrevivência à LGBTQIA+fobia e demandas por políticas públicas voltadas ao cuidado, saúde e proteção social.

CartaCapital¹¹ resumiu essa ação ao declarar que a Parada tinha como objetivo “reivindicar o direito de envelhecer com orgulho”, condensando uma temporalidade política que envolve vida, morte e sobrevivência. As falas contidas nos atos e nas reportagens fazem menção explícita à precariedade histórica: de acordo com a revista, a reivindicação por uma velhice digna surge “apesar de avanços sociais e de longevidade, [porque] a população LGBT+ idosa ainda enfrenta exclusão, solidão e um sistema de saúde despreparado”. Essa formulação desafia a gramática festiva, reintroduzindo as desigualdades que caracterizam a própria possibilidade de alcançar velhice. O portal G1¹² corrobora essa perspectiva ao declarar que um dos propósitos da Parada foi “levar o debate sobre envelhecer para as ruas”, defendendo “o direito de envelhecer com dignidade” durante a ocupação em massa da Avenida Paulista.

Dessa forma, a cobertura jornalística insere a velhice LGBTQIA+ como um tema político, relacionado à cidadania, à memória e à luta contra o idadismo. Não obstante percebemos que, simultaneamente, essa visibilidade mantém um caráter seletivo: predominam sujeitos que conseguem estar fisicamente na avenida e performar a alegria pública. O campo discursivo da Parada não apenas desafia a percepção dominante da velhice como algo que se retrai, silencia ou se torna dependente, mas também reconfigura o que é possível de se tornar visível nestes contextos – aspecto que será abordado adiante.

¹⁰ Agência Brasil. *Parada do Orgulho LGBT leva debate sobre envelhecer para ruas de SP*. Agência Brasil, 23 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-06/parada-do-orgulho-lgbt-leva-debate-sobre-envelhecer-para-ruas-de-sp>. Acesso em: 11 nov. 2025.

¹¹ CartaCapital. “*Resisti até aqui e quero viver*”: Parada LGBT reivindica o direito de envelhecer com orgulho. CartaCapital, 23 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/resisti-ate-aqui-e-quero-viver-29a-parada-lgbt-reivindica-o-direito-de-envelhecer-com-orgulho/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

¹² G1 – São Paulo. *Parada LGBT em SP tem ‘exército de leques’, hino nacional, Marco Nanini e defesa do ‘direito de envelhecer com dignidade’*. G1 São Paulo, 22 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/06/22/parada-lgbt-em-sp-tem-exercito-de-leques-hino-nacional-marco-nanini-e-defesa-do-direito-de-envelhecer-com-dignidade.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2025.

A Parada do Orgulho LGBTI+ de Florianópolis, realizada em novembro de 2025, adotou como tema “Envelhecer LGBT: memória, resistência & futuro”¹³, e produziu declarações semelhantes às da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo, mas com uma gramática de visibilidade majoritariamente baseada em imagens. A 18ª edição foi divulgada como tendo atraído “mais de 100 mil pessoas nas ruas”¹⁴, transformando-se em uma das maiores manifestações públicas daquele Estado. Por outro lado, outras coberturas estimaram a participação em “mais de 50 mil pessoas [...] em uma celebração de orgulho, diversidade e luta”¹⁵, o que nos permite destacar as variações frequentes na contagem midiática desses eventos. Mais do que um dado neutro, essa variação demonstra diferentes formas de enquadrar a importância política da Parada. Em ambos os registros, no entanto, corpos envelhecidos se apresentam como participantes ativos, compondo uma paisagem geracional plural e reintroduzindo o envelhecer no espaço público de celebração e reivindicação.

As publicações do perfil oficial da Parada de Florianópolis nas redes sociais foram as principais responsáveis por esse enquadramento visual. Uma das publicações compartilhadas no Instagram apresenta imagens de participantes idosos/as como ato de celebração, acompanhadas da legenda: “Memória que inspira, resistência que pulsa, futuro que vibra”¹⁶. Esse enunciado associa longevidade dissidente à sobrevivência e à ocupação política do espaço público. Essa formulação, ao reconhecer a presença das velhices, utiliza uma linguagem celebratória que tende a resumir trajetórias distintas sob os signos amplos de persistência e continuidade. No entanto, não considera outros atravessamentos desiguais que fazem com que essa “insistência”, embora necessária, nem sempre seja possível para certos corpos ao longo da vida.

Por outro lado, expressões como “dar voz às pessoas idosas”, “promover respeito” e “valorizar a diversidade” apareceram nas legendas, *hashtags* e textos explicativos que acompanham essas postagens. Apesar de serem mobilizadas como gestos de reconhecimento, essas formulações carregam ambiguidades significativas. A ideia de “dar voz” supõe a existência de uma instância que autoriza a fala, como se a voz não fosse parte integrante dessas existências; o apelo ao “respeito” tende a operar sem questionar as assimetrias que produzem a necessidade de ser respeitado/a; e a utilização frequente de “diversidade” atua como uma categoria inclusiva, como se fosse capaz de acomodar diferenças sob uma lógica consensual. Dessa forma, os conflitos políticos são muitas vezes convertidos em valores morais ou emocionais, que o espaço midiático absorve com mais facilidade.

A escolha de determinadas atrações e figuras públicas exibidas nas postagens do perfil oficial também reflete essa lógica de visibilidade seletiva. Wanessa Camargo e Rita Cadillac, ambas amplamente reconhecidas e com forte circulação afetiva entre segmentos do público LGBTQIA+, aparecem como

¹³ Parada LGBTI de Florianópolis (perfil oficial). Disponível em: <https://www.instagram.com/paradafloripa/>. acesso em 09 dez. 2025.

¹⁴ G1 – Santa Catarina. *18ª Parada LGBTI+ reuniu mais de 100 mil pessoas em Florianópolis*. G1. Florianópolis, 26 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/videos-bom-dia-santa-catarina/video/18a-parada-lgbti-reuniu-mais-de-100-mil-pessoas-em-florianopolis-14141672.ghtml>. Acesso em 09 dez. 2025.

¹⁵ PARADA GAY REÚNE MAIS DE 50 MIL PESSOAS EM FLORIANÓPOLIS. Terra Notícias. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/parada-gay-reune-mais-de-50-mil-pessoas-em-florianopolis,7ebef309c4ff0410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em 09 dez. 2025.

¹⁶ PARADA LGBTI DE FLORIANÓPOLIS. *Memória que inspira, resistência que pulsa, futuro que vibra*. Instagram, 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DRkrkWYkRrI/?img_index=4. Acesso em 09 dez. 2025.

presenças centrais no evento¹⁷. Embora sejam mulheres cis e, ao que tudo indica, não pertencentes às dissidências sexuais e de gênero, sua popularidade e sua história de diálogo com esse público favorecem sua inclusão como ícones celebratórios. De todo modo não podemos deixar de destacar que essa seleção evidencia um movimento recorrente: privilegiar figuras amplamente aceitas e de alta visibilidade, deslocando para segundo plano corpos e trajetórias cuja relação com as dissidências de gênero e sexualidade se dá de modo mais direto, conflituoso e historicamente marcado por exclusões.

De todo modo, a leitura que emerge dessas materialidades sugere o entendimento de que o envelhecimento, ao ser incorporado na visibilidade da Parada, também passa a operar como uma ação política. Nos discursos, legendas, chamadas institucionais e narrativas que acompanham o evento, a velhice é ligada à presença pública, permanência e celebração coletiva, compondo uma estética emocional que articula orgulho, memória e resistência. Ao mesmo tempo, essa gramática de visibilidade também opera filtragens: corpos que conseguem performar alegria pública, transitar pelo espaço urbano e se encaixar no enquadramento celebratório do evento tornam-se mais visíveis. Isso inclui aqueles ligados a trajetórias reconhecidas do universo LGBTQIA+ e da cultura pop, frequentemente mobilizados como polos de identificação e atração pública.

Por outro lado, as velhices atravessadas por intensas precarizações, institucionalização ou restrições materiais mais severas permanecem, em grande medida, fora do discurso predominante. Dessa forma, tal como observado em São Paulo, o evento expande o repertório das velhices dissidentes, ao mesmo tempo em que reorganiza, de forma seletiva, o que pode ser apresentado, reconhecido e disseminado como imagens legítimas do envelhecer em dissidência.

É nesse ponto que a ligação com o conceito de contraconduta de Foucault se torna produtivo para a análise. Se a governamentalidade atual tende a produzir velhices reguladas por expectativas de autonomia, prevenção, produtividade e governo de si, as velhices que surgem nas Paradas podem ser lidas como interrupções situadas desse regime. O interesse analítico dessas cenas não está em conferir uma resistência heroica aos sujeitos que ali aparecem, mas em identificar brechas nos espaços discursivos que tensionam as formas predominantes de enunciar, valorizar e governar o envelhecimento.

De acordo com Foucault (2008b), as contracondutas não são recusas individuais isoladas, mas formas coletivas de contestar sistemas de governo que buscam assegurar continuidade, coerência e estabilidade. No contexto das velhices aqui analisadas, essas contracondutas se manifestam nas ruas: as Paradas convertem o espaço público em um palco onde corpos envelhecidos performam diferentes temporalidades, identidades de gênero, sexualidades e narrativas e, ao fazer isso, desafiam o regime de verdade que define quem pode envelhecer e em quais condições.

Essas cenas não apenas mostram velhices improváveis, como também expõem os limites dos regimes que, ao longo do tempo, tentaram impedir certas vidas de chegar à velhice, como indicado nas análises anteriores. Nesses atravessamentos, o envelhecimento necessariamente deixa de ser visto como um destino biológico comum e passa a atuar como um indicador das distribuições desiguais de vida e morte que atravessam a história social do Brasil.

¹⁷ G1 – Santa Catarina. *Parada LGBTI de Florianópolis tem Wanessa Camargo, Rita Cadillac e celebra orgulho*. G1. Florianópolis, 26 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/11/26/parada-lgbti-de-florianopolis-wanessa-camargo-rita-cadillac.ghml>. Acesso em 09 dez. 2025.

A partir dessa chave, o que é produzido nas Paradas pode ser entendido, em termos foucaultianos, como contracondutas: insurreições de saberes situados e encarnados que desafiam narrativas moralizantes, higienizadas e universalizantes a respeito do envelhecimento. Enquanto exames como PND e ENEM tendem a classificar o envelhecimento como um desafio cívico-afetivo, as velhices dissidentes das Paradas trazem à tona a discussão do que esses mecanismos, em conjunto, ignoram: o envelhecimento como campo de disputa, ruptura, violência e luta por reconhecimento de direitos.

Essa análise estabelece um diálogo com Pocahy (2012), que argumenta que a idade atua como um mecanismo que regula a inteligibilidade dos corpos. Velhices dissidentes produzem fissuras nos regimes dominantes de inteligibilidade, desestabilizando a heteronormatividade etária que distribui legibilidade, desejo e reconhecimento. Em vez de rejeitar o envelhecimento, essas performances criam novas maneiras de vivenciar o tempo: reconfiguram gênero, sexualidade, classe e raça em expressões de alegria, protesto, memória e criação de comunidade.

A precariedade, a transfobia, o racismo, a pobreza e a violência estatal não são vistas como elementos externos a essas velhices. Muito pelo contrário, são condições históricas e políticas que influenciam, de maneira desigual, as oportunidades de viver e de envelhecer. Travestis e mulheres trans expulsas de casa na adolescência, homens negros gays vítimas da brutalidade policial e pessoas idosas expostas a situações de alta vulnerabilidade, ao se manifestarem na Parada “apesar de tudo”, desconstroem a ideia de que o envelhecimento é um processo natural. Sua existência personifica essas distribuições desiguais de oportunidades de vida e converte a própria sobrevivência em uma crítica viva aos regimes que, ao longo do tempo, os/as empurraram para posições de invisibilidade social muito antes da velhice.

No entanto, entendemos necessário evitar uma romantização dessa resistência. As Paradas não são apenas espaços de insurgência pura; elas também exercem governança. Seus enquadramentos na mídia, a gramática celebratória, algumas práticas de *pinkwashing* – vistas aqui, com Pedro Gois e Janaynna Ferraz (2021), como táticas que utilizam pautas LGBTQIA+ para criar imagens “progressistas” enquanto omitem contradições – e a economia afetiva do orgulho, determinam quais velhices dissidentes podem ser exibidas e em quais formatos. Corpos dissidentes também são filtrados por padrões estéticos: performances alegres, presentes e fotogênicas; ao passo que velhices caracterizadas por institucionalização, pobreza extrema ou invisibilidade permanecem à margem.

Desse modo, as Paradas operam de forma dupla: como brechas e como mecanismos de controle internos. Produzem condições de visibilidade, mas consolidam formas aceitáveis de dissidência – versões reguladas e politicamente manipuláveis de diferenças, uma forma de “dissidência permitida”. No que diz respeito à governamentalidade, é um jogo delicado entre a expansão de repertórios e definição do que pode ser considerado legítimo quanto às velhices.

Nesse cenário, destacamos três linhas de força – não como grupos estáticos, mas enquanto posições que se reconfiguram em diferentes contextos:

- Velhices reguladas, formadas por discursos convencionais de autonomia, rendimento e responsabilidade individual, que são facilmente absorvidos por políticas governamentais, campanhas educativas e exames nacionais;

- Velhices insurgentes, que criam maneiras alternativas de viver, construir comunidade e reivindicar direitos, transformando o simples fato de existir e de envelhecer em uma crítica às circunstâncias que tentavam impedir esse progresso;
- Velhices impossibilitadas, vidas que não têm a chance de envelhecer devido ao racismo, transfeminicídio, violência estatal, precarização severa ou políticas que transformam a longevidade em um privilégio.

As velhices dissidentes presentes nas Paradas tornam essas linhas de força visíveis ao ocupar as ruas, narrativas públicas e os circuitos de visibilidade. Elas nos auxiliaram a entender que envelhecer não é um destino universal, mas uma disputa. Ao fazer isso, aparecem como contracondutas que desestabilizam o governo das velhices e abrem espaço para imaginar novas formas de existência – não só para quem envelhece hoje, mas também para quem, nas condições atuais, dificilmente teria a oportunidade de envelhecer.

Essas brechas, apesar de serem atravessadas por capturas e filtros, contribuem para reabrir a questão do envelhecer como um campo de conflito, invenção e disputa pelo direito de aparecer. Isso recoloca uma questão central desse artigo: quem pode estar presente – e em quais condições – quando a velhice se torna visível no Brasil contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE A EMERGÊNCIA DO ENVELHECIMENTO NOS PERMITE PENSAR SOBRE O BRASIL CONTEMPORÂNEO?

Os eventos recentes analisados que trouxeram o envelhecimento à tona como um tema público – a inclusão nas provas nacionais, discurso de especialista e as Paradas LGBTQIA+ – evidenciam como as velhices brasileiras se transformam em um espaço para a manifestação de racionalidades políticas diversas.

Não se trata, portanto, de uma pauta isolada e nem apenas demográfica. Na atualidade o envelhecimento aparece como um campo estratégico no qual se entrelaçam mecanismos de biopolítica da vida, práticas neoliberais de regulação dos corpos, políticas educacionais em massa, disputas identitárias e lutas por reconhecimento e redistribuição. Nesse cruzamento, observa-se um movimento duplo. Por um lado, há uma maior visibilidade das pessoas idosas, que se manifesta em provas, campanhas, discursos institucionais e movimentos sociais. Por outro lado, há a continuidade de discursos homogeneizantes que abordam o envelhecimento como uma experiência universal, ignorando as diferenças e desigualdades que afetam os processos de envelhecimento.

A intersecção entre exames nacionais (PND e ENEM) e Paradas LGBTQIA+ evidencia que as contracondutas não se situam fora do campo normativo, mas no interior das disputas discursivas que o constituem. Enquanto os exames convocam sujeitos a pensar a velhice como desafio moral e afetivo, orientado à reflexão individual e à conduta “adequada”, as velhices dissidentes reinscrevem no espaço público aquilo que esses dispositivos tendem a neutralizar: o envelhecimento como campo de conflito, reivindicação e sobrevivência, atravessado por marcadores sociais da diferença e por desigualdades socialmente produzidas.

A pluralidade das velhices brasileiras – urbanas e rurais, negras e brancas, cis e trans, ricas e empobrecidas, normativas e dissidentes – permanece sob pressão devido às narrativas oficiais que tendem

a privilegiar a velhice ativa, saudável, autônoma e produtiva como padrão normativo. A presença crescente das velhices dissidentes nas Paradas LGBTQIA+ evidencia, por outro lado, brechas nesse regime de verdade, indicando que envelhecer no Brasil também significa enfrentar violências relacionadas à raça, gênero, sexualidade, classe e território, que permeiam a vida e influenciam sua duração e qualidade.

Esse contraste destaca as tensões entre as formas de reconhecimento público e os modos pelos quais certos discursos definem o que conta como envelhecer. Os exames nacionais, por um lado, reconhecem o tema como uma questão importante e convidam estudantes e professores/as a refletirem sobre isso. Por outro, muitas vezes deslocam as disputas para o campo da moralidade e da conduta individual, ignorando as condições que diferenciam e hierarquizam as experiências de envelhecimento no país.

De maneira similar, discursos que celebram a velhice LGBTQIA+ podem, apesar de ampliarem as possibilidades de visibilidade, recodificar conflitos em estéticas de visibilidade. Isso ocorre quando eles ofuscam ou ignoram as diferenças que permitem que algumas velhices sejam possíveis, enquanto outras continuam sendo inimagináveis.

Diante dessas tensões, é imprescindível repensar o envelhecimento para além do ativo, para além do enfoque biomédico, para além do enquadramento universal. Isso nos leva a entender as velhices não como um ideal normativo a ser atingido individualmente, mas como um processo que está envolvido em relações de poder que distribuem danos, riscos, oportunidades e violências de maneira desigual ao longo da vida. Significa mudar o foco da responsabilidade pessoal, que é muito enfatizada na pedagogia do envelhecimento ativo, para o estudo de modos de governo que criam subjetividades e regulam comportamentos.

Retomando a questão que orienta este artigo – como o envelhecimento se torna um objeto discursivo no Brasil contemporâneo e de que modo diferentes formas de saber-poder produzem e disputam modos de subjetivação e governamentalidade das velhices nos âmbitos público, educacional, midiático e político – a análise mostra que a visibilidade atual da velhice não deriva apenas de mudanças demográficas, mas da convergência de racionalidades políticas que a transformam em terreno estratégico de governo. Os exames nacionais, as campanhas na mídia, o discurso de especialista e as visibilidades dissidentes das Paradas criam regimes de verdade que estabelecem o que pode ser considerado uma velhice legítima, quais condutas são esperadas e quais subjetividades são convocadas ou rejeitadas. Dessa forma, o envelhecimento surge como um campo privilegiado de disputa entre normalização biopolítica e criação de novas maneiras de existir.

Como uma agenda de pesquisa, este estudo sugere direções teóricas e metodológicas futuras que podem enriquecer a análise das velhices brasileiras: a exploração de pedagogias culturais que ensinam formas de envelhecer; a análise das tecnologias de governo que moldam subjetividades; a investigação das velhices dissidentes e de suas práticas de resistência; e o mapeamento dos regimes de verdade que definem quais tipos de velhices são aceitáveis e quais são consideradas descartáveis.

As direções sugeridas aqui não devem ser vistas como conclusões definitivas, mas como trajetórias possíveis de sentido, sujeitas a reconfigurações constantes no encontro entre teoria, campo e escrita. As velhices analisadas – ou dizendo melhor, os discursos que as conformam – continuam em transformação, gerando emergências, apagamentos e deslocamentos que demandam uma constante vigilância crítica. Portanto, em vez de fornecer respostas definitivas, este estudo procura abrir espaços

para interpretações, identificar tensões e propor direções de pesquisa que possam ser revisitadas, expandidas ou questionadas em estudos futuros.

A partir dessa articulação, interseccionalidade e governamentalidade não são somente instrumentos teóricos, mas também perspectivas analíticas fundamentais para entender como o processo de envelhecimento é influenciado por marcadores sociais da diferença e pelas racionalidades políticas que organizam o poder e o governo das velhices no Brasil contemporâneo.

Ao inserir o envelhecer nesse enquadramento analítico, podemos entender que a velhice não é um destino natural, mas uma construção atravessada por práticas de saber e poder. Sua emergência contemporânea não indica consenso, mas um país em disputa: disputa sobre quais vidas devem ser preservadas, protegidas ou celebradas e sobre quais vidas continuam expostas à precarização, ao descaso e ao apagamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mateus Egilson da Silva; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. Interseccionalidade, raça e sexualidade: compreensões para a velhice de negros LGBTI+. *Revista de Psicologia da IMED*, Passo Fundo, RS, v. 12, n. 2, p. 161–178, 2020. <<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3517>>.

BARRIOS, Maria João. ILC-BR (2015), Active Ageing: A Policy Framework in Response to the Longevity Revolution, International Longevity Centre Brazil. *Forum Sociológico*, n. 26, 2015. <<https://doi.org/10.4000/sociologico.1228>>.

BORTOLAZZO, Sandro. Os usos do conceito de pedagogias culturais para além dos oceanos: um análise do contexto Brasil e Austrália. *Momento: Diálogos em Educação*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 315–336, jan./abr., 2020. <<https://doi.org/10.14295/momento.v29i2.8674>>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Prova Nacional Docente – Educação Física – 2025. Brasília, 2025a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/pnd/provas_e_gabaritos/2025_educacao_fisica_PV_1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Exame Nacional do Ensino Médio – Prova Azul – 2025. Brasília, 2025b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2025_PV_impreso_D1_CD1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). PND: questão discursiva aborda idadismo como desafio social e educacional. 2025c. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/prova-nacional-docente/pnd-questao-discursiva-aborda-idadismo-como-desafio-social-e-educacional>>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Tema da redação do ENEM 2025: Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira. 2025d. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/enem/tema-da-redacao-perspectivas-acerca-do-envelhecimento-na-sociedade-brasileira>>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FERREIRA DA SILVA, João Paulo; INOUE, Keika; DE SOUZA ORLANDI, Fabiana; PAVARINI, Sofia Cristina Iost. Identidades, discursos e fronteiras: (re) pensando envelhecimento. *Estudos*

Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 599-607, 2014. <<https://doi.org/10.22456/2316-2171.43398>>.

FERREIRA, Luiz Antonio; COSTA, Guilherme Luiz Pereira. Interseccionalidade e suas potencialidades nos estudos sobre velhices e envelhecimentos LGBTQIA+ no Brasil. *Revista Longevidade*, São Paulo, n. 23, ano VI, jul./ago./set. 2024. ISSN 2596-027X. Disponível em: <<https://revistalongevidade.com.br/index.php/revistaportal/article/view/3>>. Acesso em: 26 dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. As formações discursivas. In: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, p. 35-44.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREITAS, Vanessa Santos de. *Velhice “bem-sucedida”? Uma genealogia dos sentidos sobre o envelhecimento na contemporaneidade*. 141f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/45249>>. Acesso em: 16 fev. 2024.

GOIS, Pedro; FERRAZ, Janaynna de Moura. Introdução ao pinkwashing: representatividade e marcas engajadas. *RPCA*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 88-103, 2021. <<https://doi.org/10.12712/rpca.v15i2.49768>>.

KALACHE, Alexandre. Depoimento sobre o tema da redação do ENEM 2025. Publicação em vídeo (Reel). Instagram, 2025. Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DQ2NX-WAanz>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar e escrever. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto Alegre, n. 25, p. 235-245, 2007. Disponível em: <<https://www.fpce.up.pt/cie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MELO, Késia Maria Maximiano de; MALFITANO, Ana Paula Serrata; LOPES, Roseli Esquerdo. Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 3, p. 1061-1071, 2020. <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1877>>.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

NUNES, Beatriz Bloise Pereira; POCAHY, Fernando Altair. Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, p. e0119, 2023. <<https://doi.org/10.5965/198472462420230119>>.

PAZ, Diego; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida. Margem de manobra, capacidade e potência de agir: Repensar a noção de agência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. e90141, 2025. <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2025v33n390141>>.

PEREIRA, Maurício Matos dos Santos. O que fazemos com a subalternidade? In: OLIVERIA, Marinyse Prates de; PEREIRA, Maurício Matos dos Santos. (Orgs). *Subalternidades em perspectiva: limites, ausências e devires*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 39-58.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul. 2008. <<https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>>.

POCAHY, Fernando. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. *Revista Polis e Psique*, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 195, 2012. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.31539>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VILHENA, Junia de; NOVAES, Joana de Vilhena. O corpo e suas narrativas: envelhecimento feminino e culto ao corpo. *Psychologica*, Coimbra, n. 50, p. 85-96, 2009. <https://doi.org/10.14195/1647-8606_50_5>.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)*, São Paulo, v. 1, p. 14 - 18, ago., 2014. <<https://doi.org/10.4322/gepem.2023.021>>.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que fundamenta e sustenta as análises e conclusões deste estudo está apresentado no próprio artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Eduardo Ramirez Meza – Conceptualization; Data Curation; Formal Analysis; Investigation; Methodology; Writing – Original Draft Preparation; Writing – Review & Editing.

Marcelo Victor da Rosa – Formal Analysis; Investigation; Project Administration; Supervision; Validation; Writing – Review & Editing.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.